



<http://alea-estp.ine.pt>



Dossiers Didácticos

V – CENSOS 2001

Tu Também Contas!

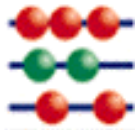


Dossier V – CENSOS 2001

Tu também contas!

Introdução

O projecto ALEA – Acção Local de Estatística Aplicada constitui-se como um contributo para produzir instrumentos directamente relacionados com a compreensão, utilização e aprendizagem da Estatística, destinados essencialmente ao ensino secundário, numa perspectiva de potenciar a literacia estatística.



Este trabalho, que se poderá afirmar, também, como um importante meio de apoio a projectos interdisciplinares, nasceu de uma ideia conjunta da Escola Secundária Tomaz Pelayo e do Instituto Nacional de Estatística, assente nas necessidades e estruturas que os intervenientes possuem.

- A página *Dossiers Didácticos* foi concebida para apoiar a elaboração de outros materiais didácticos sobre temáticas variadas (População e Demografia, Inquéritos, Inflação e Preços, Gráficos em Estatística, etc). Vários números destes *dossiers* vão estar disponíveis neste local, à medida que forem sendo elaborados.
- Neste momento, apresenta-se o Dossier V – **Censos 2001 - Tu também contas!** com formato legível em ambiente *browser* (ex. *Internet Explorer*, *Netscape*) e em papel (que pode ser impresso através do *Acrobat Reader (.PDF)* ou *Ms Word (.DOC)*).

Neste dossier, poderá encontrar um breve estudo sobre os recenseamentos que pretende propiciar uma primeira leitura sobre este tema. Apresenta-se uma abordagem sobre a história dos recenseamentos, uma viagem pelos censos do mundo, uma breve caracterização da população portuguesa (focando alguns aspectos importantes como o envelhecimento, os índices de dependência, etc.) e uma síntese sobre os **Censos 2001, o primeiro grande desafio estatístico do século XXI em Portugal**.

No final, a rubrica “**Ver Também**” contém *links* para outros tópicos de interesse relacionados com a temática dos **censos**.

Sumário:

- Introdução; algumas definições iniciais: Censos e Inquéritos por amostragem
- I – Censos: o que são, para que servem?
O que são os Censos; Para que servem os Censos?
- II – A História dos Censos
Os Censos desde a antiguidade; Os Censos em Portugal (resumo histórico);
Caracterização dos recenseamentos em Portugal desde 1864; Os censos e a contagem da população portuguesa
- III – Viagem pelos Censos do mundo
- IV – Censos 2001: o primeiro grande desafio estatístico do século XXI em Portugal
Como se realizam os Censos 2001? Programa global; Metodologia da recolha de dados; base cartográfica; legislação; elaboração de questionários; controlo de qualidade; comunicação; tratamento dos dados; análise da informação.
- V – Ver também.





I – Censos: O que são, para que servem?

1. O que são os Censos?

Os Censos são tradicionalmente a contagem da população dum país a que, em época mais recente, se acrescentou uma mais profunda caracterização e um levantamento do parque habitacional.

Na verdade, já antes da era de Cristo se faziam recenseamentos, essencialmente com objectivos militares e de cobrança de impostos.

Em Portugal, data de 1864 a realização do primeiro recenseamento normalizado segundo as recomendações internacionais. Antes dele, realizaram-se “numeramentos”, “contagens” e até mesmo “recenseamentos” que, por não serem exaustivos e não terem sido

utilizados
os
princípios
estatísticos

O termo **recenseamento** está, em regra geral, associado à contagem oficial e periódica dos indivíduos de um País, ou parte de um País. Ele abrange, no entanto, um leque mais vasto de situações. Assim, pode definir-se recenseamento do seguinte modo: *estudo científico de um universo de pessoas, instituições ou objectos físicos com o propósito de adquirir conhecimentos, observando todos os seus elementos, e fazer juízos quantitativos acerca de características importantes desse universo.*

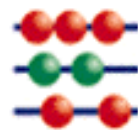
que hoje são exigíveis, não podem ser considerados equivalentes à série de recenseamentos iniciada em 1864.

(in Boletim informativo dos censos 2001 nº1, disponível na internet no endereço: <http://www.ine.pt/censos2001>)

1.1 Algumas definições iniciais: Censos e Inquéritos por amostragem

Um censo é um método adequado para a contagem de todos os indivíduos de uma população. Mais correctamente, devemos falar em unidades estatísticas em vez de indivíduos pois, na verdade, esses indivíduos além de pessoas, podem ser habitações, explorações agrícolas, etc.

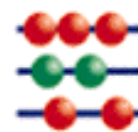
O Departamento de Demografia das Nações Unidas define recenseamento de uma população como sendo *o conjunto de operações que consiste em recolher, agrupar e publicar dados respeitantes ao estado da população num período de tempo especificado e para todos os indivíduos de um país ou território delimitado.*





O conteúdo destes dados varia de país para país, mas, nos dias de hoje, considera-se fundamental recolher um conjunto mínimo de informações: sobre a localização dos indivíduos, bem como outras informações demográficas, socioculturais, socio-económicas e da habitação.

Trata-se de uma espécie de *fotografia* do estado da população num determinado momento do tempo, trazendo vantagens no que respeita à *simultaneidade* (facto de um recenseamento ser feito num determinado ano e por referência a um determinado dia do mês). Como veremos adiante, a outra característica fundamental dos censos é a *exaustividade*, ou seja, é sempre o **total** da população que se pretende conhecer ou caracterizar (Nazareth, 1996, p.98).



Amostra e População

Um recenseamento é, no entanto, um processo dispendioso e pesado, pelo que, em regra só se realiza periodicamente (por exemplo, de dez em dez anos). Durante este espaço de tempo entre recenseamentos é habitual realizarem-se, para certos fins, *inquéritos por amostragem*, que recolhem informação apenas sobre uma parte

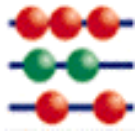
seleccionada da população e cujos resultados se consideram válidos para toda a população¹.

Em certos países mais desenvolvidos, chega-se mesmo a usar inquéritos por amostragem durante os recenseamentos. De facto, algumas questões que não se pretende inserir nos inquéritos exaustivos dos censos (para não pesar essa operação) são colocadas apenas a uma parte da população.

Assim, mais importante do que uma oposição entre recenseamento e inquérito por amostragem, interessa analisar a sua complementaridade. Os recenseamentos são indispensáveis para actualizar as bases de sondagens. Por outro lado, utilizam-se inquéritos por amostragem para controlar a qualidade dos recenseamentos, ou, como acabámos de ver, para aprofundar certos *itens*, para os quais se pretende conhecer mais informação.

¹ No caso de amostras do tipo aleatório e utilizando técnicas matemáticas para extrapolação dos resultados.







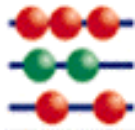
1.2 Questões operacionais sobre os censos



Quantos somo? Como somos?

Estas operações estatísticas básicas destinam-se a contar e caracterizar todas as pessoas e habitações existentes em Portugal, de modo a que todos possamos saber “quantos somos e como somos”; assim, será possível responder a perguntas como estas, para diferentes níveis geográficos:

- Quantas pessoas residem num determinado lugar?
- Como são constituídas as famílias portuguesas?
- Quantas crianças vivem com dois ou apenas um dos pais, ou com os avós?
- Quantas pessoas idosas vivem sozinhas, com outras pessoas da família ou em lares de idosos?
- Quantas pessoas estão a estudar e a trabalhar, ou só a estudar, ou só a trabalhar?
- Como é que as pessoas se deslocam de casa para o trabalho e quanto tempo é que gastam?
- Quantas casas têm electricidade, água canalizada e esgotos?
- Quantas pessoas habitam em barracas?
- Quantos edifícios têm 5, 10, 20 ou 50 anos?



Para poder responder a estas perguntas e a muitas outras, é necessário contar e caracterizar todas as pessoas e habitações, por referência a um único momento – o momento censitário. Nos próximos recenseamentos, o momento de referência será as zero horas do dia 12 de Março de 2001. Isso significa que todas as pessoas e habitações devem ser contadas e caracterizadas de acordo com as características que possuem naquele momento, independentemente do dia em que os respectivos dados forem recolhidos. Apresentam-se dois exemplos típicos:

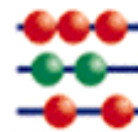




- Se uma criança nascer no dia 16 de Março e a recolha dos dados, referentes à família dela, se fizer no dia 18 de Março, esta criança não deverá ser contada nos Censos 2001.
- Se uma pessoa morrer no dia 16 de Março e os respectivos dados, para os Censos 2001, forem recolhidos no dia 18 de Março, para efeitos censitários, essa pessoa é contada e caracterizada como se estivesse viva.

(in INE, Instituto Nacional de Estatística – Censos 91, Lisboa, 1991, p.9)

Os **CENSOS** são mais do que um estudo, são o retrato do país. E este retrato espelha não só as características do presente, como também a capacidade de realizar tarefas complexas, no presente e no futuro. E um factor importantíssimo para o sucesso dos **CENSOS** é a adesão da população.



2. Para que servem os Censos?

Através dos Censos é possível obter, para cada nível geográfico, uma “fotografia” dos indivíduos e das suas condições de habitabilidade.

Por outro lado, se olharmos comparativamente os dados dos recenseamentos já realizados em Portugal, poderemos analisar as transformações da sociedade portuguesa tanto em termos demográficos como socio-económicos. Os dados censitários

Os dados censitários são fundamentais para a análise da estrutura social e económica do país, da sua evolução e tendências, permitindo a comparação com as estruturas e dinâmicas sociais de outros países.

são, portanto, fundamentais para a análise da estrutura social e económica do país, da sua evolução e tendências, permitindo ainda a comparação com as estruturas e dinâmicas sociais de outros países.

Deste modo, os Censos são uma fonte única e renovável de dados que, caracterizando a população e o parque habitacional, surgem como valiosos instrumentos de diagnóstico, planeamento e intervenção, nos mais variados domínios, como por exemplo:

- na definição de objectivos e prioridades para as políticas globais de desenvolvimento;

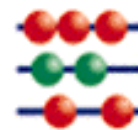




- no planeamento regional e local;
- nos estudos de mercado e sondagens de opinião;
- na investigação em ciências sociais.

Finalmente, os inquéritos intercensitários são ferramentas importantes para recolher o mais variado tipo de informação em intervalos de tempo relativamente curtos, mas tais operações só são possíveis com base em amostras representativas que são desenhadas a partir de resultados censitários.

(Para mais informações, consultar os boletins informativos dos censos 2001 disponíveis em: <http://www.ine.pt/censos2001/boletim.asp>)



II – A História dos Censos

1. Os Censos desde a antiguidade

O termo “Censo” vem do latim *census* que quer dizer conjunto dos dados estatísticos dos habitantes de uma cidade, província, estado, nação etc.

Já antes da era de Cristo se faziam recenseamentos, geralmente com objectivos militares e de cobrança de impostos. Por isso, a norma era a de as populações se deslocarem aos seus locais de origem e se apresentarem às autoridades locais para o registo de pessoas e/ou bens.

A história dos Censos remonta aos tempos antigos; o primeiro recenseamento de que se tem notícia foi realizado na China. Em 2238 a.C., o imperador Yao mandou realizar um censo da população e das lavouras cultivadas.

Há, também, registos de um censo realizado no tempo de Moisés², cerca de 1700 a.C. e de recenseamentos anuais realizados pelos egípcios, no século XVI a.C.

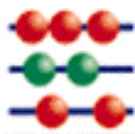
Os romanos e os gregos realizaram censos entre os séculos VIII e IV a.C. Em 578-534 a.C., o imperador Servo Túlio mandou realizar um censo de população e riqueza que serviu para estabelecer o recrutamento para o exército e para o pagamento de impostos.





Como refere PEREIRA (1999), “na generalidade, estes primeiros censos eram realizados para dar resposta a necessidades do Estado, nomeadamente com o fim de impor à população o cumprimento de obrigações fiscais, militares, ou mesmo laborais (por exemplo, no âmbito da realização de importantes obras públicas). Em consequência, eram frequentemente limitados aos chefes de família ou à população masculina em idade adulta. As mulheres e as crianças não eram, por via de regra, recenseadas”.

As mulheres e as crianças **não eram, por via de regra, recenseadas**. Ao contrário, não era raro que os bens possuídos por cada chefe de família fossem igualmente contabilizados.

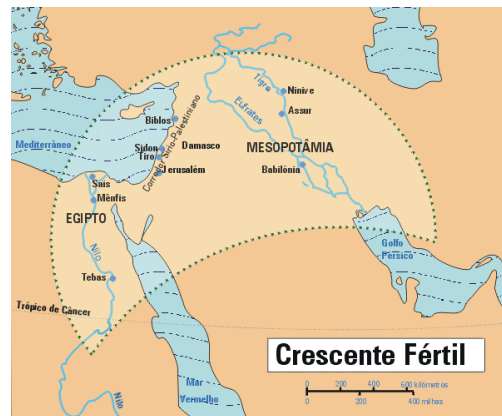


Além disso, muitos dos primeiros censos tinham também subjacente uma importante dimensão religiosa. Por exemplo, o termo “censo”, na Mesopotâmia antiga, tinha o duplo significado de recensear e purificar. “Num certo sentido, o censo é assim visto como um meio de o homem aceder a uma verdade que, de outro modo, lhe está vedada, sendo detida apenas por Deus”,

Na Mesopotâmia (cerca de 3000 anos antes de Cristo), o termo “Censos” tinha um duplo significado de recensear e purificar. Os dois primeiros recenseamentos referidos na Bíblia foram realizados por ordem expressa de Deus.

PEREIRA (1999). Tanto que, os dois primeiros recenseamentos foram realizados por ordem expressa de Deus, como se refere na Bíblia. Por outro lado, o censo pode ser uma coisa do diabo, pois quanto ao terceiro censo referido na bíblia (realizado por David, 1000 anos antes de Cristo) não há consenso sobre quem o teria ordenado: Deus ou o Diabo.

“Esta visão diabólica dos censos terá, porventura, origem na aversão que, desde o início, as populações criaram em relação a operações estatísticas que frequentemente se saldavam pela mobilização dos homens para actividades militares ou como mão-de-obra ao serviço do Estado, ou ainda pela privação de bens e rendimentos da família” (PEREIRA, 1999).



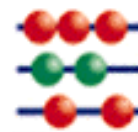
² in IBGE _ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística disponível em:





Na Idade Média, na Europa, houve diversos recenseamentos: na Península Ibérica durante o domínio muçulmano (séculos VII ao XV); no reinado de Carlos Magno (712-814); o Doomaday Book, que é o maior registo estatístico feito na época, na Inglaterra, por ordem de Guilherme, o Conquistador e, ainda, nas repúblicas italianas, nos séculos XII e XIII.

No continente Americano, muito antes de Cristóvão Colombo, os *Incas* já mantinham um registo numérico de dados da população em *quipus*, um engenhoso sistema de cordas com nós que representavam números no sistema decimal.



Hoje em dia, “os recenseamentos da população perderam a sua carga mítica, além do que já não visam impor à população o cumprimento de quaisquer obrigações. No entanto, continua a ser verdade que frequentemente algumas pessoas receiam ser recenseadas (ou, mais genericamente, ser inquiridas no âmbito de qualquer operação estatística) por temerem vir a ser penalizadas fiscalmente por isso” (PEREIRA, 1999).

2. Os Censos em Portugal: resumo histórico

O primeiro censo populacional conhecido no território que é hoje Portugal foi realizado no ano zero, por ordem do Imperador César Augusto e dizia respeito à então província romana da Lusitânia. Posteriormente, na Idade Média, também os Árabes efectuaram vários recenseamentos durante a sua permanência na Península Ibérica.

O primeiro censo populacional conhecido no território que é hoje Portugal foi realizado no ano zero, por ordem do Imperador César Augusto e dizia respeito à então província romana da Lusitânia.

Já após a fundação³ da nacionalidade foram realizadas várias contagens mais ou menos extensas tendo preocupações sobretudo de ordem militar. Estes "numeramentos", "contagens" e até mesmo "recenseamentos" por não serem exaustivos e/ou não se apoiarem em princípios estatísticos científicos credíveis, não podem ser considerados equivalentes à série de recenseamentos iniciada em 1864. As operações realizadas foram as seguintes:

<http://www.ibge/net/censo/censomundo.shtm>

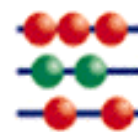
³ in INE, Censos em Portugal, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, disponível em:

<http://www.ine.pt/censos2001/censos/censosemportugal.asp>





- Rol de Besteiros do Conto, de D. Afonso III (1260-1279);
- Rol de Besteiros do Conto, de D. João I (1421-1422);
- Numeramento ou Cadastro Geral do Reino, de D. João III (1527);
- Resenha de Gente de Guerra, de D. Filipe III (1639);
- Lista dos Fogos e Almas que há nas Terras de Portugal, de D. João V (1732), também conhecida por Censo do Marquês de Abrantes;
- Numeramento de Pina Manique, de D. Maria I (1798);
- Recenseamento Geral do Reino, de D. João VI, também conhecido por Censo do Conde de Linhares (1801);
- Recenseamentos Gerais de 1835 e 1851.



Em 1864 realizou-se o I Recenseamento Geral da população portuguesa, o qual foi o primeiro a reger-se pelas orientações

Em 1864 realizou-se o primeiro Recenseamento Geral da População portuguesa, o qual foi o primeiro a reger-se por orientações internacionais.

internacionais do Congresso Internacional de Estatística de Bruxelas em 1853, marcando o início dos recenseamentos da época moderna.



Capa dos resultados do 1º recenseamento feito em Portugal (1864).

Embora estas orientações já indicassem que os recenseamentos deveriam ser realizados de 10 em 10 anos, o censo seguinte apenas se realizou em 1878, ao qual se seguiria o Censo de 1890. A partir de então, os recenseamentos populacionais têm vindo a realizar-se, com algumas exceções, regularmente a intervalos de 10 anos.

Como refere PEREIRA (1999), “Em 1910 a turbulência vivida com a implantação da República motivou a não realização do censo, o qual apenas teve lugar em 1911.

No entanto, em 1920 foi retomada a tradição da realização dos censos nos anos terminados em zero”.



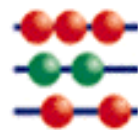


Mais recentemente, com o objectivo de haver uma harmonização com o calendário censitário da então Comunidade Económica Europeia (CEE), hoje União Europeia (UE), o recenseamento de 1980 foi transferido para 1981.

Desde 1940 (inclusive), os recenseamentos passaram a ser realizados pelo Instituto Nacional de Estatística.

Outro marco importante na história dos censos ocorreu em 1970, quando em simultâneo com o Recenseamento da População se realizou o I Recenseamento da Habitação.

Em 1970 realizou-se o I Recenseamento Geral da Habitação, juntamente com o da População.



O último censo realizado em Portugal foi em 1991: XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação.

3. Caracterização dos recenseamentos em Portugal desde 1864

Como se poderá verificar na tabela abaixo, já houve, em Portugal, treze recenseamentos da população e três recenseamentos da habitação; no quadro seguinte, referem-se os anos em que eles se realizaram e, de uma forma muito resumida, os antecedentes históricos.

1864 – 1 de Janeiro (I Recenseamento Geral da População)

Realizou-se o I Recenseamento Geral da População, tendo por base as orientações do Congresso Internacional de Estatística, que teve lugar em Bruxelas, em 1853.

1878 – 1 de Janeiro (II Recenseamento Geral da População)

Efectuou-se o II Recenseamento Geral da População; embora mais completo que o anterior, quanto às variáveis observadas a aos apuramentos efectuados, ainda tem um conteúdo bastante reduzido.

1890 - 1 de Dezembro (III Recenseamento Geral da População)

Realizou-se já com novas orientações metodológicas, de acordo com o Congresso Internacional de Estatística de S. Petersburgo, realizado em 1872; a caracterização da população e das famílias foi bastante mais completa.

1900 - 1 de Dezembro (IV Recenseamento Geral da População)

A metodologia da recolha de dados, do seu tratamento e apresentação foi semelhante à do censo anterior, tendo-se, no entanto, registado algumas inovações.

1911 - 1 de Dezembro (V Recenseamento Geral da População)

Manteve-se a metodologia e as variáveis observadas.



**1920 - 1 de Dezembro (VI Recenseamento Geral da População)**

Manteve-se a metodologia e as variáveis observadas.

1930 - 1 de Dezembro (VII Recenseamento Geral da População)

Não houve grandes alterações nas características observadas, continuando mal coberta a parte referente às características económicas.

1940 - 12 de Dezembro (VIII Recenseamento Geral da População)

Este foi o primeiro censo efectuado pelo Instituto Nacional de Estatística e é aceite como um marco na história dos recenseamentos portugueses. Adoptou-se uma nova metodologia de execução. As características económicas são definidas com maior rigor e consideradas como um elemento importante de observação.

1950 - 15 de Dezembro (IX Recenseamento Geral da População)

Seguiu a metodologia do censo anterior mas com algumas inovações como, por exemplo, o surgimento da técnica das perguntas fechadas.

1960 - 15 de Dezembro (X Recenseamento Geral da População)

Publicaram-se pela primeira vez dados retrospectivos. Os recenseamentos de 1950 e 1960 seguem, de perto, o conteúdo do de 1940.

1970 - 15 de Dezembro (XI Recenseamento Geral da População) (I Recenseamento Geral da Habitação)

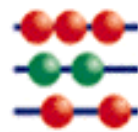
Realizou-se o I Recenseamento Geral da Habitação, juntamente com o da População; contudo, o programa audacioso que procurava dar resposta às inúmeras solicitações governamentais, não teve sucesso no plano executivo, em especial na totalidade dos resultados a divulgar.

1981 - 16 de Março (XII Recenseamento Geral da População) (II Recenseamento Geral da Habitação)

Realizaram-se os recenseamentos da População e Habitação que seguiram, de perto, as recomendações internacionais (CEE/ ONU) e fazem, em quase todas as áreas, uma aplicação rigorosa dos conceitos e uma grande desagregação geográfica dos respectivos dados.

1991 - 15 de Abril (XIII Recenseamento Geral da População) (III Recenseamento Geral da Habitação)

Seguiu-se a metodologia de censo anterior, desenvolvendo-se no entanto algumas das vertentes de preparação da operação e do tratamento dos dados já iniciados em 1981. Construiu-se uma Base Geográfica de Referência Espacial, constituída por um conjunto de suportes cartográficos contendo a informação que permite a divisão das freguesias em secções e subsecções estatísticas.



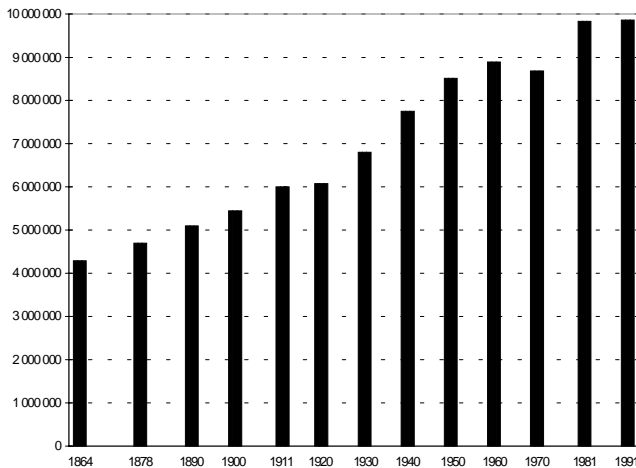
A grande diferença dos Censos 2001, em relação aos seus congéneres, prende-se essencialmente com a inovação das tecnologias utilizadas (digitalização cartográfica, utilização de sistemas de informação geográfica, leitura óptica dos questionários, codificação assistida por computador e o reforço da correcção automática das respostas incoerentes). Estes censos vão ainda apresentar uma outra novidade: a disponibilização de um CD Rom com dados demográficos de 1864 a 2001 e informação geográfica de 1991 a 2001 bem como uma base de dados na internet.





4. Os Censos e a contagem da população portuguesa

Evolução da População Residente em Portugal
- censos de 1864 a 1991 -



O crescimento da população residente em Portugal, avaliado pelos censos, tem sido praticamente ininterrupto desde 1864. Como única exceção, aparece o período de 1960 a 1970: os condicionamentos económicos e políticos então vividos, com destaque para a guerra travada contra os movimentos de libertação africanos, motivaram uma forte corrente migratória de saída, que explica aquela exceção. De 1911 a 1920, tal como de 1981 a 1991, o crescimento populacional foi muito pequeno, quase nulo. Ainda assim, a população residente era, em 1991, praticamente o dobro da recenseada cem anos antes.



Retirado de PEREIRA (1999)

“Os censos constituem inquirições exaustivas, permitindo portanto quantificar uma dada população. Trata-se, no entanto, de operações extremamente pesadas, quer pelas necessidades em termos de recursos humanos, financeiros, logísticos e tecnológicos, quer também pelos tempos necessários à realização do censo e ao apuramento dos resultados. Por essa razão, somente são realizados a espaços de tempo relativamente longos (normalmente de dez em dez anos, como vimos)”, PEREIRA (1999).

Como refere o mesmo autor, “o censo apenas proporciona como que uma fotografia da população num dado instante, não dando ideia dos seus movimentos. Por outras palavras: os censos dizem-nos o número de habitantes (dimensão populacional) em determinados momentos espaçados no tempo, mas não nos dizem como esse número evolui no tempo (*)”.

(*) Naturalmente, o que aqui se afirma em relação à dimensão populacional também poderia ser dito em relação às outras características da população que, conforme vimos, são também inquiridas nos censos.



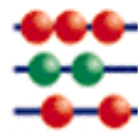


III – Censos 2001 – O primeiro grande desafio estatístico do século XXI em Portugal³

A abreviatura “Censos 2001” corresponde aos XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação; serão realizados



durante a primavera de 2001, sendo o momento censitário às zero horas do dia 12 de Março daquele ano. Vinte e dois mil recenseadores do Instituto Nacional de Estatística (INE) vão percorrer todo o país, contactando com os cidadãos e recolhendo os formulários preenchidos.



Como se realizam os Censos 2001?

Programa global

Uma das primeiras tarefas a executar na preparação dos Censos é a elaboração de um programa global, que procure dar uma visão integrada de todas as actividades

Programa global – Definição das unidades estatísticas e das respectivas características a observar.

que concorrem para a realização das operações censitárias.



O **Programa Global** dos Censos 2001 foi aprovado pelo Conselho Superior de Estatística.

Tratando-se de um documento globalizante e, simultaneamente, de síntese, assume pois uma importância determinante na discussão interna e externa tanto dos objectivos censitários, das unidades estatísticas e variáveis a observar, dos métodos a utilizar como de todos os outros elementos de enquadramento e apoio, como sejam a legislação, o controlo e avaliação da qualidade, a publicidade e marketing, a base geográfica, etc.

³ in Boletim informativo dos censos 2001 disponível em: <http://www.ine.pt/censos2001/boletim.asp>





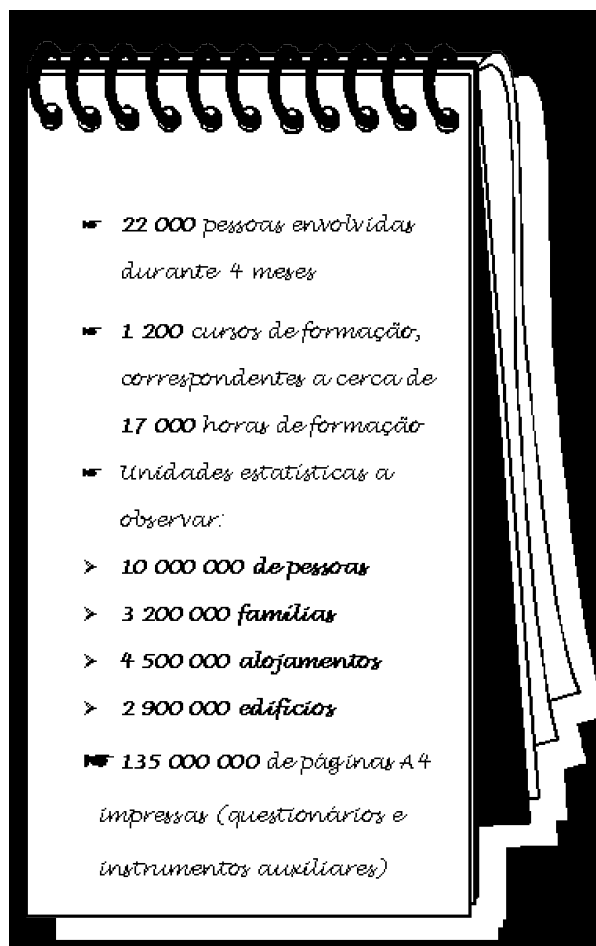
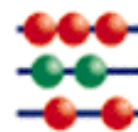
Com base naquele documento, foram elaborados os questionários (que se anexam) que servirão de suporte à recolha e tratamento dos dados e que contêm as perguntas que permitirão obter os dados estatísticos pretendidos.

Metodologia e rede de recolha de dados

A recolha da informação estatística é uma tarefa que apresenta, muitas vezes, alguma complexidade e, sobretudo, reveste-se de bastantes dificuldades tanto do ponto de vista teórico como prático.

De facto, desde a necessidade da aplicação rigorosa dos conceitos estatísticos estabelecidos, passando pelas dificuldades em identificar as unidades estatísticas a observar, até aos problemas que se enfrentam para conjugar a disponibilidade da população para responder aos questionários com as suas actividades diárias, torna-se evidente que se trata de uma tarefa nada fácil.

Por outro lado, a contagem da população implica normas precisas quanto ao local de contagem dado que muitas pessoas estão deslocadas, definitiva ou temporariamente, das suas terras de origem. Este é um dos problemas técnicos mais importantes e difíceis que as contagens apresentam. De facto, num recenseamento terão de evitar-se as duplas contagens (por exemplo, uma pessoa contada em dois locais distintos), assim como as omissões de pessoas, pelo facto de poderem estar deslocadas do seu local de residência habitual.



Alguns números da organização dos Censos 2001 na fase de trabalho de campo.

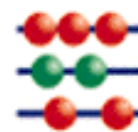




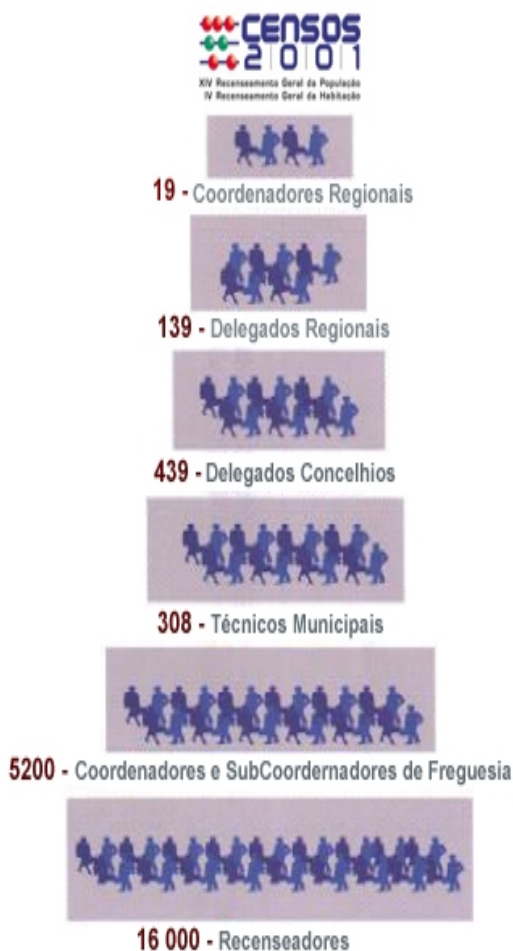
Daí que se torne importante estudar qual a melhor metodologia para obter a informação que se pretende e que esta apresente um nível de qualidade adequado.

Nos próximos Censos da população e da habitação, o Instituto Nacional de Estatística (I.N.E.), entidade responsável pelos Censos 2001, irá utilizar, na recolha de dados, um método clássico de entrega/recolha de questionários à população.

Deste modo, recruta-se um conjunto de pessoas (recenseadores) que vão de porta em porta entregar os questionários, e instruções de preenchimento dos mesmos, passando mais tarde para os recolher após terem sido preenchidos pelos indivíduos.



A contagem da população custa 8,8 milhões de contos e envolve 22 mil pessoas.



A cada um dos recenseadores será atribuída uma área de trabalho bem definida e delimitada cartograficamente (secção estatística), contendo em média cerca de 300 alojamentos.

Note-se que esta metodologia não se aplica de forma pura, mas geralmente mista. Isto quer dizer que em muitas situações, o recenseador terá de preencher os questionários inquirindo directamente as pessoas a que respeitam. Noutras situações, normalmente nas zonas urbanas e após várias insistências, pode utilizar-se a via postal para a devolução dos questionários.

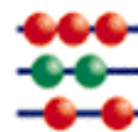




Apesar de o Instituto Nacional de Estatística, através do Gabinete dos Censos, ser a entidade responsável pela realização dos Censos 2001, outras entidades tomam parte na organização e administração desta operação estatística:



- o **Conselho Superior de Estatística** é o órgão superior de orientação e coordenação dos Censos 2001 competindo-lhe, designadamente, analisar e aprovar o programa dos Censos, incluindo as variáveis a observar e o respectivo plano de difusão dos resultados; acompanhar todo o processo de execução das várias actividades, bem como proceder à sua avaliação final;
- os **Serviços Regionais de Estatística das Regiões Autónomas** têm a missão de coordenar e promover regionalmente a realização dos Censos, dinamizar, supervisionar e dar apoio técnico aos municípios;
- as **Câmaras Municipais** organizam, coordenam e avaliam os trabalhos dos Censos na respectiva área;
- as **Juntas de Freguesia** têm como atribuição a tarefa de organizar e controlar os trabalhos no terreno, em íntima ligação com a respectiva autoridade municipal.



Base cartográfica

Como foi referido, a cada um dos recenseadores será atribuída uma área de trabalho bem definida e delimitada cartograficamente. Para que tal aconteça, é necessário dispor de uma base cartográfica actual e de qualidade.





Nesse sentido, a Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI 2001) é um instrumento de apoio à produção estatística,

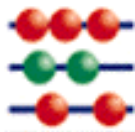
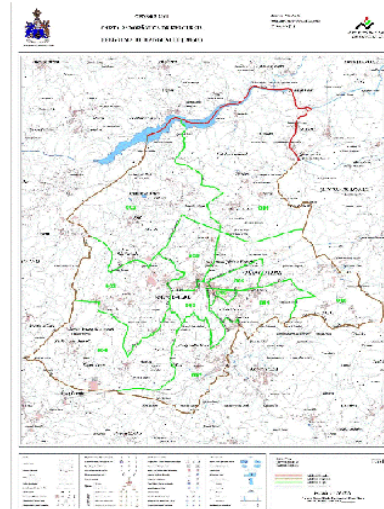
A Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI 2001) é um instrumento técnico funcional de apoio à execução dos Censos 2001.

nomeadamente ao planeamento e controlo dos trabalhos e referenciação geográfica da



informação obtida nos Censos 2001 e a sua construção baseia-se na digitalização e actualização dos limites da estrutura administrativa e das secções e subsecções estatísticas da Base Geográfica de Referenciação Espacial, construída pelo INE para os Censos 91.

(ver anexo 1)



Para uma operação como os censos 2001, é necessário haver um bom apoio cartográfico

Pode afirmar-se que a utilização da BGRI nos Censos permitirá atingir os objectivos seguintes:

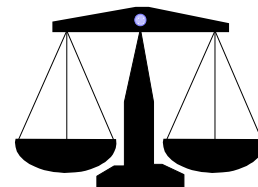
- planear as operações no terreno;
- facilitar o trabalho dos recenseadores, evitando confusões, dado que a área a recensear está perfeitamente delimitada e, no mínimo, mostra as manchas de construção;
- controlar eficazmente a cobertura do trabalho;
- disponibilizar e divulgar a informação a um nível geográfico mais fino do que a freguesia;
- permitir a organização e execução dos controlos e do inquérito de qualidade.





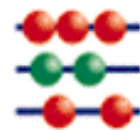
Legislação

A necessidade de enquadramento legal resulta, primordialmente, da imprescindível necessidade de envolvimento das autarquias locais e de serviços públicos da administração central e regional, os quais se distribuem por diferentes departamentos governamentais (anexo 2).



Elaboração de Questionários

O questionário é o instrumento base de recolha da informação; deste modo o seu desenho, formulação das questões e formatos são cruciais para o sucesso de um recenseamento.



Os questionários devem ser concebidos tendo em consideração alguns factores determinantes, como por exemplo: o método de recolha, o tipo de dados a recolher, a forma mais ajustada de formulação das questões e sua ordenação e as técnicas de processamento de dados a utilizar.

Em princípio, e à semelhança da opção tomada nos últimos Censos, serão utilizados basicamente quatro tipos de questionários. Para além dos questionários de Edifício e Alojamento, utilizar-se-ão ainda dois tipos de questionários para análise da população: os questionários de Família e Individual.

Alojamento, utilizar-se-ão ainda dois tipos de questionários para análise da população: os questionários de Família e Individual, procedimento que, aliás, é o mais corrente nos países da Europa Ocidental.

Controlo e avaliação da qualidade

Uma operação estatística com a natureza e dimensão de um recenseamento da população, por melhor que seja a metodologia escolhida para a realizar, terá sempre e inevitavelmente uma margem de erro associada.

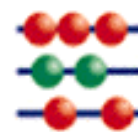




Nesse sentido, o controlo e avaliação da qualidade serão assumidos, nos Censos de 2001, como tarefas fundamentais de modo a garantir que o processo produtivo detecte, em tempo oportuno, as falhas existentes e que os resultados se revistam de níveis de qualidade elevados.

Programa de comunicação

Um dos grandes pilares em que assenta o sucesso de qualquer operação estatística como os Censos consiste na disponibilidade da população para responder aos questionários no momento em que tal lhe é solicitado.



Ora, só é possível garantir esta disponibilidade e aceitação para colaborar se for preparada uma larga campanha de divulgação e esclarecimento da realização da operação censitária, dos seus objectivos e da forma como as pessoas podem participar ou serem contactadas.

A campanha promocional dos Censos 2001 terá em conta dois objectivos base:

- a mobilização da opinião pública tanto na aceitação como no preenchimento dos questionários;
- a promoção da imagem e utilização dos resultados censitários.

Esta campanha de comunicação foi desenhada por forma a permitir a apreensão da mensagem por todo e qualquer indivíduo.

Tratamento dos dados

Um recenseamento é invariavelmente a maior e mais cara operação de processamento de dados que um país leva a cabo.

De facto, os Censos são operações que apresentam um volume de dados extremamente pesado para tratamento, quer no que respeita à transferência dos dados do suporte papel para o suporte informático, quer em termos de codificação de algumas variáveis, quer na validação e correcção dos dados introduzidos em ficheiro.





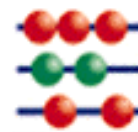
À semelhança do que se passa noutros países, o I.N.E. irá adoptar a utilização de um sistema de leitura óptica dos questionários dos Censos 2001.

Análise da informação

Apesar de todo o trabalho de avaliação da consistência da informação, proceder-se-á ainda a uma análise final da informação contida nos ficheiros e nos quadros de apuramento previstos para publicação ou disponibilização.

A análise a efectuar assentará essencialmente em três componentes:

- avaliação da consistência de valores inter-quadros;
- confrontação dos mesmos com os resultados das duas operações censitárias precedentes;
- comparação com valores resultantes de outras fontes: estimativas da população, recenseamento eleitoral, inquérito ao emprego, estatísticas sobre nascimentos, etc..



Estas actividades, respeitantes ao Plano de Actividades dos Censos 2001, estão desagregadas em sub-actividades com um cronograma que define as respectivas tarefas de execução. O cronograma detalhado destas actividades pode ser consultado no endereço do INE na Internet (<http://www.ine.pt/censos2001>).

Deste modo, o INE tem fortes expectativas de que os dados dos Censos 2001 venham a constituir uma peça fundamental na série censitária portuguesa, contribuindo para o pleno conhecimento estatístico da população e da habitação no nosso país.

Difusão dos resultados censitários

A operação Censos 2001 vai permitir obter um conjunto de informação estatística de edifícios, alojamentos, famílias e indivíduos desagregada até ao pormenor geográfico do quarteirão.





No início de 2002, começarão a ser conhecidos os dados provisórios da operação mas, em meados, deste ano já será possível obter os dados preliminares relativamente ao número de residentes em Portugal.

Os resultados destes recenseamentos estruturam-se em três níveis, de acordo com a evolução do respectivo processo de execução:

- Preliminares
- Provisórios
- Definitivos



Os vários tipos de resultados, para além de corresponderem a momentos diferentes, também possuem diferentes níveis de qualidade e confiança que derivam, sobretudo, da forma como são verificados e apurados. Por outro lado, a maior quantidade de resultados e produtos (publicações, CDs e ficheiros disponíveis) surgem com os apuramentos definitivos.

Todos os resultados dos Censos 2001 serão disponibilizados também através da internet, havendo apenas que acautelar os problemas relacionados com o segredo estatístico e a sobrecarga que poderá ser provocada pelos resultados que possuem maior desagregação geográfica (subsecção estatística, equivalente ao quarteirão nas áreas urbanas e ao lugar ou parte de um lugar nas áreas rurais).



Página oficial dos CENSOS 2001 disponível em: <http://www.ine.pt/censos2001>

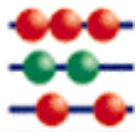




IV – Viagem pelos Censos do mundo

Enquanto que a maior parte dos países do mundo fazem os recenseamentos nos anos terminados em zero, a maior parte dos países da Comunidade Europeia, de acordo com recomendações internacionais, realiza-os nos anos terminados em um.

Os Censos nos Estados Unidos da América



A página dos censos dos Estados Unidos na internet está localizada em:
<http://www.census.gov>

O último recenseamento nos E.U.A., o vigésimo segundo censo, teve como momento censitário o dia 1 de Abril de 2000, embora o processo de recenseamento tivesse decorrido entre Março e Agosto do referido ano.

Os questionários foram elaborados em seis línguas: Inglês, Espanhol, Chinês, Tailandês, Vietnamita e Coreano. Relativamente às questões neles incluídas, foram elaborados dois tipos de questionários: um dos questionários, entregue a mais de 80% das unidades de alojamento, que continha 7 perguntas (nome, sexo, idade, estado civil, origem hispânica, etnia e regime de propriedade da habitação) e um outro, mais extenso, entregue a uma em cada 6 unidades de alojamento, que cobria 34 áreas, tais como, educação, ascendência, emprego, incapacidades, etc.

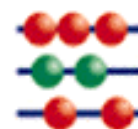




Números dos Censos nos Estados Unidos

- Cerca de 275 milhões de residentes;
- Cerca de 118 milhões de unidades de alojamento;
- Mais de 3 milhões de indivíduos recrutados para esta operação estatística;
- 520 Delegações Censitárias, 12 Centros Regionais e 4 Centros de Processamento de informação;
- Mais de 20 milhões de mapas que foram necessários para o trabalho de campo.

(Para mais informação consultar: <http://www.census.gov/dmd/www/2khome.htm>)

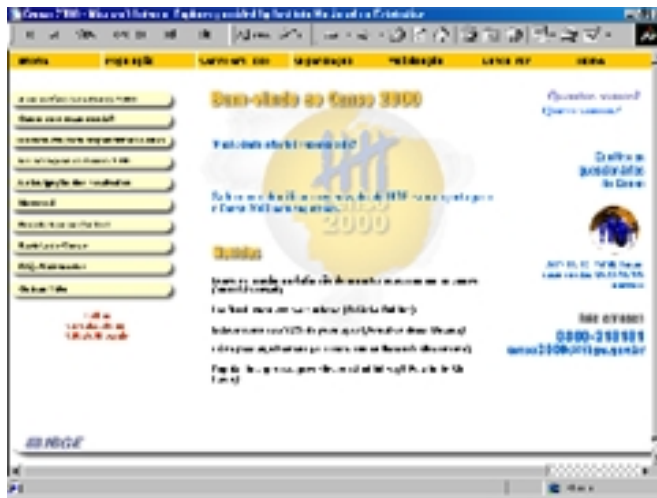


Página dedicada aos Censos nas Escolas, na qual se podem encontrar, de uma forma educativa e apelativa, materiais didáticos para utilizar na sala de aula e promover a literacia estatística.
(<http://www.census.gov/dmd/www/sc/index.htm>)

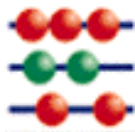




Os Censos no Brasil



Página dos Censos do Brasil,
disponível em:
<http://www.ibge.net/censos/default.php>



O último recenseamento no Brasil teve como momento censitário a noite de 31 de Julho para 1 de Agosto de 2000.

Em 1991, a Lei nº 8.184, de 10 de Maio de 1991, estabeleceu que a periodicidade dos Censos Demográficos no Brasil não poderia exceder dez anos e os Censos Económicos cinco anos.

Números dos Censos no Brasil

- Cerca de 167 milhões de residentes;
- Cerca de 42 milhões de unidades de alojamento;
- Cerca de 200 mil indivíduos recrutados para esta operação estatística;
- 27 Unidades Regionais, 560 Agências do IBGE, 6300 Postos de Recolha Municipais e 5 Centros de captura de dados instalados em diversas regiões do País;
- Cerca de 5500 mapas municipais e 30000 mapas de cidades, vilas e localidades;

Apresentação de resultados no Brasil

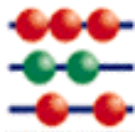
- Preliminares: a partir da segunda quinzena de Dezembro de 2000;
- Finais e análises: a partir do segundo semestre de 2001 até ao início de 2003.

(Para mais informações consultar <http://www.ibge.net/censo/default.php>)





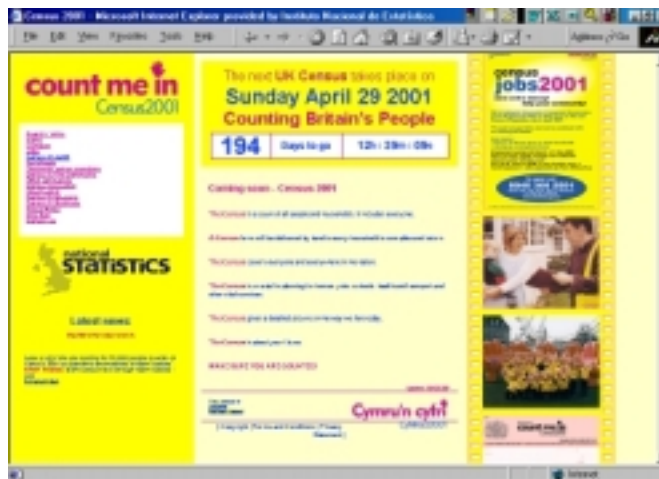
O projecto *Vamos Contar!* tem como objectivo envolver professores e alunos (das escolas) e, conseqüentemente, as suas famílias, no esforço de mobilização para os Censos 2000, criando um ambiente favorável à recepção dos recenseadores pela população. Esta página compreende: Guia do Professor, para os diferentes níveis de ensino, com as propostas de actividades para a sala de aula e o mapa do Brasil (Político e Populacional).



Outro objectivo é o de oferecer às escolas material didáctico, com propostas e orientações de actividades que auxiliem os professores no ensino do uso de mapas e da interpretação de dados estatísticos, para que os alunos possam melhor compreender e analisar a realidade brasileira.

(Para mais informações, consultar <http://www.ibge.net/vamoscontar/default.shtm>)

Os Censos em Inglaterra



Página dos Censos na Inglaterra disponível em <http://www.statistics.gov.uk/countmein/index.html>

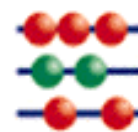




De acordo com as concordatas dos estados membros da União Europeia, os Censos em Inglaterra (assim como em Portugal) realizar-se-ão durante a Primavera de 2001 e o momento censitário será no dia 29 de Abril do referido ano.

Os questionários foram projectados de modo a que sejam acessíveis e bem aceites pelo público em geral. Deste modo, somente as perguntas essenciais serão colocadas e a maioria delas requerem somente uma resposta.

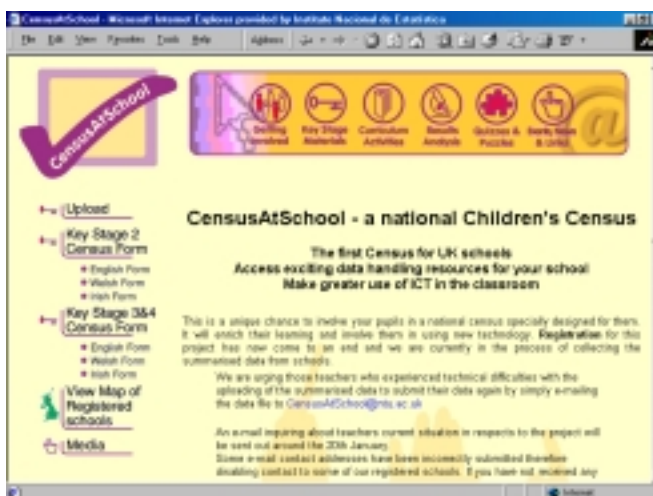
Neste censo, aparecerá uma pergunta sobre a religião o que não acontecia desde 1851.



Números dos Censos em Inglaterra e Gales

- Cerca de 24 milhões de unidades de alojamento;
- Mais de 69 000 de indivíduos recrutados para esta operação estatística;
- Cerca de 30 milhões de questionários estão a ser impressos.

Página dedicada às escolas primária e secundária, onde focaliza em como os censos são importantes para a vida social e económica.



O projecto “CensusAtSchool - a national Children's Census” contém uma riqueza de actividades multimédia,

incluindo um jogo interactivo. Compreende, também, uma escala de actividades do estudante com notas de orientação para professores. Deste modo, os docentes podem incorporar este material didáctico no seu ensino normal do currículo nacional.

Este projecto, dedicado especialmente a alunos com idades compreendidas entre os 7 e os 16 anos, é uma forma original de os envolver na mobilização para os Censos, enriquecer a sua aprendizagem e usar novas tecnologias.

(Para mais informações consultar; <http://censusatschool.ntu.ac.uk/default.asp>)





Censos que se realizam por volta do ano 1990 e 2000 no resto do Mundo

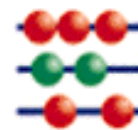
Países/áreas	Data de realização	
	Por volta de 1990	Por volta de 2000
Angola	-	2002
Cabo Verde	23 Jun. 1990	2000
Etiópia	11 Setembro 1994	2004
Moçambique	1-15 Agosto 1997 (P)	-
São Tomé e Príncipe	4 Agosto 1991	Agosto 2001
África do sul	7 Mar. 1991 e 9-31 Out. 1996	Outubro 2001
Canada	4 Jun. 1991 e 14 Maio 1996	2001
México	12-16 Março 1990	2000
Porto Rico	1 Abril 1990	01-Abril-2000
Estados Unidos da América	1 Abril 1990	Abril 2000
Brasil	1 Set. 1991 e Ago. 1996	1 Agosto 2000
China	1 Julho 1990	2000 (P)
Timor Leste	31 Outubro 1990 (P)	2000
Índia	1 Março 1991	Março 2001
Indonésia	31 Outubro 1990	2000
Irão	11 Dez. 1991 e Set./Out. 1996	-
Iraque	16 Outubro 1997	-
Israel	4 Novembro 1995	-
Japão	1 Out. 1995 (P) e Out. 1998 (H)	1 Out. 2000 (P) e Mar. 2003 (H)
Macau	30 Agosto 1991	2001
Arábia Saudita	27 Setembro 1992	2002
Turquia	21 Out. 1990 e Out. 1997 (H)	Outubro 2000
Áustria	15 Maio 1991	Maio 2001
Bélgica	1 Março 1991	1 Março 2001
Bosnia Herzegovina	31 Março 1991	Março 2001
Bulgária	4 Dezembro 1992	1 Março 2001
Dinamarca	1 Janeiro 1991	Janeiro 2001
Finlândia	31 Dez. 1990 e 31 Dez. 1995	Dezembro 2000
França	5 Mar. 1990 e 8 Mar. 1999	-
Alemanha	30 Setembro 1995 (H)	Março 2001
Grécia	17 Março 1991	Abril 2001
Hungria	1 Janeiro 1990	1 Fevereiro 2001
Irlanda	21 Abril 1991 e 28 Abril 1996	29 Abril 2001
Itália	20 Outubro 1991	Outubro 2001
Luxemburgo	1 Março 1991	Março 2001
Mónaco	23 Julho 1990	2000
Noruega	3 Novembro 1990	3 Novembro 2001
Portugal	15 Abril 1991	Março 2001
Roménia	7 Janeiro 1992	Março 2001
Rússia	12 Janeiro 1989	2002
Espanha	1 Março 1991	Março 2001
Suíça	4 Dezembro 1990	5 Dezembro 2000
Reino Unido	21 Abril 1991	29 Abril 2001
Jugoslávia	31 Março 1991	Março 2001
Austrália	30 Junho 1991 e 1996	7 Agosto 2001
Nova Zelândia	5 Março 1991 e 5 Março 1996	6 Março 2001

(P)= Recenseamento da População

(H)= Recenseamento da Habitação

- Nenhum censo feito nem publicado no período indicado

(Para consultar o quadro completo ver: www.un.org/depts/unsd/demog/cendate/index.html)





ANEXO 1

Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI 2001)

A utilização de meios cartográficos de apoio à recolha da informação pelo INE iniciou-se em 1981. Desde 1991, o instituto dispõe de uma Base Geográfica de Referenciação Espacial (BGRE) para organização e controlo das operações de recolha de dados estatísticos e representação da distribuição espacial da informação estatística a um nível mais desagregado do que as divisões administrativas.

- A **Secção Estatística** é uma área contínua de uma única Freguesia com cerca de 300 alojamentos destinados à habitação;
- A **Subsecção Estatística** é a mais pequena área homogénea de construção ou não, existente dentro da secção estatística, correspondendo ao quarteirão nas áreas urbanas, e ao lugar ou parte do lugar nas áreas rurais.

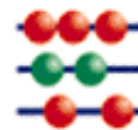


Figura 1 - BGRE (imagem de uma secção estatística e respectiva subsecção)





ANEXO 2

Legislação

Autorização Legislativa

A Assembleia da República concedeu ao Governo autorização para legislar sobre os Censos 2001, através da Lei n.º 2/2000, de 16 de Março, cujo conteúdo é o seguinte:

**Lei n.º 2/2000
de 16 de Março**

Autoriza o Governo a legislar sobre a realização dos Censos 2001

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

É concedida ao Governo autorização para legislar sobre a realização dos Censos 2001.

Artigo 2.º

Sentido e extensão

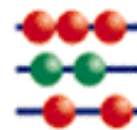
1 – No uso da presente autorização, o Governo estabelecerá o regime de elaboração, aprovação e execução do XIV Recenseamento Geral da População, bem como do IV Recenseamento Geral da Habitação, a realizar em todo o território nacional, durante o ano de 2001.

2 – No uso da presente autorização, o Governo contemplará, nomeadamente, a possibilidade de ser exigida aos cidadãos a informação que seja necessária à realização dos Censos 2001 e a obrigação de fornecimento da mesma.

3 – No uso da presente autorização, o Governo determinará como variáveis primárias a observar:

- a) Na unidade estatística indivíduo: identificação geográfica, nome, situação perante a residência, local de residência anterior, sexo, data de nascimento, estado civil, naturalidade, nacionalidade, alfabetismo, frequência de ensino, nível de ensino, curso superior, condição perante a actividade económica, profissão, número de trabalhadores na empresa, ramo de actividade económica, situação na profissão, número de horas de trabalho, principal meio de vida, local de trabalho ou estudo, meio de transporte utilizado no trajecto da residência para o local de trabalho ou estudo, duração do trajecto da residência para o local de trabalho ou estudo, religião (sob a forma de resposta facultativa e com autorização para tratamento da respectiva resposta), ocorrência de deficiência e consequente grau de incapacidade;
- a) Na unidade estatística família: identificação geográfica, nome abreviado, representante da família, relação de parentesco com o representante da família, indicação do cônjuge quando residir na mesma família, indicação do pai e/ou da mãe quando residir na mesma família;
- c) Na unidade estatística edifício: identificação geográfica, endereço, tipo de edifício, tipo de utilização, número de pavimentos, número de alojamentos, época de construção, posicionamento do edifício, configuração do rés do chão, altura relativa face aos edifícios adjacentes, tipo de estrutura da construção, principais materiais utilizados no revestimento exterior, tipo de cobertura e materiais utilizados, necessidades de reparação, recolha de resíduos sólidos urbanos, acessibilidades a deficientes (rampas e elevadores);
- d) Na unidade estatística alojamento: identificação geográfica, telefone, tipo de alojamento, forma de ocupação, instalações sanitárias, instalação de banho ou duche, sistema de esgotos, sistema de abastecimento de água, electricidade, cozinha, número de divisões, entidade proprietária do alojamento, existência de encargos por compra de casa própria, prestação mensal por compra de casa própria, forma de arrendamento, renda, época do contrato de arrendamento e sistema de aquecimento.

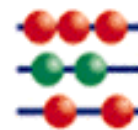
4 – No uso da presente autorização, o Governo estabelecerá que a divulgação ou utilização de dados, para fins diferentes dos previstos nos Censos 2001, é crime, punível com pena de prisão até dois anos ou multa até 240 dias.





Ver também...

- CENSUS BUREAU - Censos nos E.U.A. disponíveis em:
<http://www.census.gov/dmd/www/2khome.htm>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, materiais recolhidos da página respectiva disponível em: <http://www.ibge.net/censo/default.php>
- INE, *Boletim informativo dos censos 2001 (boletim nº1 a boletim nº8)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, disponível em <http://www.ine.pt/censos2001>
- INE, *Censos em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, disponível em: <http://www.ine.pt/censos2001/censos/censosemportugal.asp>
- INE, *Instituto Nacional de Estatística – Censos 1991*, Lisboa, 1991 (manual do entrevistador).
- INE, *Programa Global dos Censos 2001*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, disponível em: <http://www.ine.pt/censos2001/Organizacao/programaglobal.asp>
- INE, *Questionários dos Censos 2001*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, disponível em: <http://www.ine.pt/censos2001/Organizacao/questionarios.asp>
- NAZARETH, Manuel, *Introdução à Demografia*, Lisboa, 1996.
- ONS - Censos em Inglaterra disponível em:
<http://www.statistics.gov.uk/countmein/index.html>
- ONS - Os Censos na Escola (Inglaterra)
<http://censusatschool.ntu.ac.uk/default.asp>
- PEREIRA, António Eduardo, *População e Demografia*, Dossier I, ALEA, 1999.
- Schryock and Siegel, *Methods and Materials of Demography*, Academic Press Inc., San Diego, California, 1976.





- SOUSA, Fernando de, *História da Estatística em Portugal*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1995.

